

Ata da 37ª (Trigésima sétima) Sessão ordinária do 3º (terceiro) Período Legislativo Ordinário, da 20^a (Vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 25 de outubro de 2023, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador Paulo Sérgio de Toledo Costa. À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, Estevão Silva Machado, João Bechara Netto, José de Oliveira Lima, Júlio César Ferreira de Magalhães, Lenildo Henriques, Lucimar Alves Soares e Renildo do Nascimento Pecanha: A Sessão Teve início com os cumprimentos do vereador Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa a todos presentes em plenário, a todo munícipe que os acompanham pela transmissão Ao Vivo nas redes sociais e de forma especial à polícia legislativa e demais servidores presentes. Após seguiu com leitura dos vereadores presentes em plenário e leitura da Bíblia. Antes de iniciar a leitura do material de expediente. o vereador presidente oportunizou aos demais vereadores para que fizessem as suas considerações iniciais e solicitou aos mesmos que sejam breves para que a presente sessão não se estenda, haja vista que haverá uso da tribuna livre e pequeno e grande expediente: O vereador João Bechara Netto cumprimentou a todos e em suas considerações iniciais uma fez uma moção de pesar em favor do Ilustre Arquiteto Sr. Adir Abdenor morador da localidade de vila de Itapemirim. Ressaltou que o falecido era exservidor público municipal e arquiteto de destaque, e que inclusive foi o responsável por projetar o prédio em que se localiza a prefeitura municipal. Enfatizou ainda que o mesmo era um cidadão "convívio saudável", de conduta ilibada e exemplar da nossa sociedade Itapemirinense deixando um legado de bom convívio, amor e carinho às pessoas, causando assim grande tristeza para a família, amigos e comunidade. Finalizando, desejou condolências à família: O vereador Estevão Silva Machado cumprimentou a todos e em suas considerações iniciais agradeceu ao Prefeito municipal Dr. Antônio pelo atendimento à algumas indicações do nobre edil na localidade de Campo Acima, e ao secretário de Obras Sr. Jedson e sua equipe que não mediram esforços para dar andamento à mesma, onde servicos de reparo e manutenção estão sendo feitos em mais de 13 (treze) ruas que se encontravam "abandonadas" a mais de 10 (dez) anos desde guando deixou a vereanca. Ressaltou que como representante da comunidade estava com vergonha da situação em que as ruas se encontravam, no entanto, disse estar muito feliz pelo atendimento e que logo as mesmas estarão totalmente reparadas para que a população transite sem maiores dificuldades e que embora se trate de um serviço simples, ainda assim é de grande relevância para os moradores locais. Ressaltou sobre o esforço dos servidores que mesmo em baixo de chuva não pararam os serviços. Finalizando, solicitou ao secretário de serviços públicos Sr. Clodoaldo que de início a limpeza das ruas, bem como, pintura de meio fio e quebra-molas após as reparações asfálticas das mesmas; O vereador presidente antes de dar continuidade as considerações iniciais dos edis, registrou a presença dos amigos Charles Barbosa, Thiago Rocha, Marcelo e Marquinhos da retroescavadeira; O vereador Renildo do Nascimento Peçanha cumprimentou a todos e em suas considerações iniciais agradecendo ao executivo municipal pelo atendimento ao pedido do nobre edil feito no sábado para remoção de entulhos nas ruas do distrito de Itaoca/Itaipava, sendo enviado assim uma equipe da secretaria de serviços públicos junto com maquinários para que os entulhos fossem removidos. Disse acreditar que o trabalho vai continuar até que todas as ruas de Itaoca até Joacima sejam limpas. Ainda em suas considerações, chamou atenção do executivo a situação em que se encontram os cemitérios do município, quanto à sua limpeza e reparação, pois, o dia de finados está próximo e é um momento que muitos familiares se deslocam para o referido local a fim e orar pelos seus familiares e amigos que ali já se foram; O vereador presidente antes de dar continuidade as considerações iniciais dos edis, registrou a presença da Sra. Érica presidente da associação de moradores da





comunidade de Santo Amaro, estando acompanhada da Sra. Rosimere e Srs. Elson Gomes e Elias, este último sendo assessor parlamentar dessa casa de Leis que juntos representam a associação supra. Ressaltou que os mesmos têm voz nessa egrégia casa de leis e que a mesma se encontra à disposição para o que precisar. Os parabenizou pelo trabalho desenvolvido na comunidade e que mesmo tendo passado por um momento difícil continuam lutando de cabeça erguida pelos direitos da comunidade. Desejou que os mesmos continuem firmes e motivados para trabalhar em prol da comunidade; O vereador Alcione de Amorim Gomes cumprimentou a todos e em suas considerações iniciais agradeceu aos vereadores que estiveram presentes na secretaria de Educação a fim de "brigar" pelo não fechamento das escolas do campo e da escola Estadual quilombola de Graúna. Ressaltou que a luta não foi em vão, vez que o executivo voltou atrás em sua decisão. Ressaltou ainda ser muito importante tal conquista, vez que as crianças podem continuar estudando próximas as suas casas; Finalizada as considerações iniciais, em atendimento à moção de pesar, foi realizado 01 (um) minuto de silêncio em favor do falecido. Após deu deu-se início a leitura do material de expediente: MATERIAL DE **EXPEDIENTE: Ofício externo nº 129/2023. Ementa:** Requerimento de Tribuna Livre. Autoria: Sr. Paulo de Oliveira Cruz Neto: Ofício externo nº 151/2023. Ementa: Ofício -Itapemirim/SEMDESO/N° 154/2023. Autoria: Secretaria Municipal de Defesa Social: Terminado a leitura do material de expediente, foi convidado o Sr. Paulo de Oliveira Cruz Neto para uso da tribuna Livre conforme requerido, pelo período regimental de 10 minutos: O Sr. Paulo de Oliveira Cruz Neto cumprimentou a todos e iniciou sua fala ressaltando sobre a função do poder legislativo em prol da população, em que a mesma deve sempre ser o anseio dos edis. Ressaltou ainda se encontrar quase sem forças para lutar contra os desmandos e descasos que ocorrem no município de Itapemirim, enfatizando sua indignação. Neste sentido, disse que a gestão atual é apenas mais uma das que já passaram pelo município sugando os cofres públicos para benefício próprio. Ressaltou que o executivo deveria ouvir a população, pois, assim saberia sobre suas reais demandas e necessidades, no entanto faz exatamente o contrário, onde, fecha as portas da prefeitura para a população, nomeia secretários de outros municípios que não conhecem a realidade de Itapemirim agindo de forma covarde para com a população. Neste sentido, disse que a fim de dificultar um dos "abusos" com o dinheiro público, citou a lei nº1324/1994 que dispõe sobre a fixação do logotipo nos veículos da municipalidade seja ela particular ou alugado. Ou seja, com a aplicação da referida lei, os veículos estariam devidamente identificados com logo tipo e brasão do município e a qual secretaria está alocada, coibindo assim o uso indevido do patrimônio público para interesses próprios. Citou que enquanto a população precisa de veículos para atendimento médico e muitas vezes não conseguem por não veículos suficientes e combustível, "alguns servidores" usam os mesmos de forma particular inclusive para atividade que não são para prestação de serviços públicos, como idas a shopping e jogos em outros estados. Disse não querer prejudicar nenhum motorista que de fato utilizam os veículos públicos em prol da população, mas deseja fazer um alerta para a má utilização por outros. Ressaltou que existe uma denúncia protocolada sob nº 736/2023 tramitando nessa casa sobre a má utilização dos veículos públicos conforme citado acima, concomitante com solicitação de aplicação da referida lei nº 1324/1994 pelo executivo municipal, no entanto tal denúncia se encontra atualmente arquivado junto à comissão de fiscalização dessa egrégia casa de leis. Neste sentido, questionou à presidência se existe prerrogativa no regimento interno ou na lei orgânica do município que permite o arquivamento de requerimento/denúncia de forma verbal, haja vista que o vice-presidente da comissão de fiscalização, vereador Renildo do Nascimento Peçanha foi quem arquivou a denúncia de forma "monocrática" sem emitir nenhum parecer, informando ao denunciante que a prerrogativa usada pela comissão para arquivamento foi "ofício verbal". Assim, questionou ao vereador Estevão Silva Machado presidente da comissão de fiscalização e





João Bechara Netto membro da comissão de fiscalização sobre o mesmo assunto. Ressaltou que tal assunto é de grande importância pois, trata-se de recurso público que está sendo mal-empregado pelo executivo, enfatizando que "a doença do nosso Itapemirim é o dinheiro público mal-empregado". Assim, solicitou desarquivamento da referida denúncia para que possa anexar outras denúncias ao mesmo e solicitou ainda acesso ao ofício encaminhado pelo legislativo ao executivo com solicitação de aplicabilidade da lei nº 1324/1994, para que a população tenha ciência e ajude essa casa de leis a fiscalizar caso um veículo público venha estar em determinado local "inapropriado" e assim cobrar o executivo que tome as devidas providencias e que faca bom uso do recurso público. Finalizando, agradeceu a Deus e desejou bênçãos a todos; O vereador presidente agradeceu ao Sr. Paulo Neto por ter cumprido seu tempo conforme regimento interno e o assunto tratado. Após, oportunizou aos edis para manifestação; O vereador João Bechara Netto, informou que como membro da comissão de fiscalização solicitou a presidência para que encaminhasse ao executivo ofício solicitando aplicabilidade da lei nº 1324/1994, sendo encaminhado à secretaria municipal de Integridade Governamental e Transparência, sendo encaminhado na data do dia 22 de setembro via protocolo governo digital registrado sob nº 17.750/2023. Neste sentido solicitou a presidência para que fosse realizada a leitura do referido ofício. Ressaltou que o legislativo está fazendo seu papel na medida do possível. mas que cabe ao executivo acatar e executar. Ressaltou que o executivo ainda está dentro do prazo de resposta 30 (trinta) dias e que a omissão em praticar a lei é passiva de infração político administrativa se enquadrando no decreto lei 201. Comissão processante e cassação de Mandato; o Vereador Renildo do Nascimento Peçanha disse corroborando com a fala do edil João Bechara Netto disse que o Sr. Paulo Neto para que quando vier falar sobre denúncia que a faça com respaldos, provas e não com falácias porque "falar até papagaio fala". Ressaltou que independentemente de quais funções o edil tenha dentro da comissão, todos tem a obrigação de fiscalizar e que a denúncia apenas foi arquivada após o executivo ter sido oficializado por essa egrégia casa de leis, bem como, foi feita uma visita pelo edil João a secretaria responsável, onde, foi informado pela mesma que é necessário que se faça uma licitação para aquisição dos adesivos para plotagem. Ressaltou ainda que os prazos regimentais têm que ser cumpridos e que somente após decorrido prazo e não havendo resposta, pode-se encaminhar a denúncia ao ministério público; Não havendo direito de resposta ao Sr. Paulo Netto conforme regimento interno, foi oportunizada fala para considerações finais; O Sr. Paulo de Oliveira Cruz Netto, finalizando seu tempo no uso da tribuna livre, ressaltou não entender porque a denúncia foi arquivada, para meses depois o executivo ser oficializado. Ressaltou que se tivessem seguido com a denúncia a situação já estaria resolvida e o veículos plotados. Finalizando sua fala, solicitou a presidência dessa egrégia casa de leis para que responda seu protocolo de nº 736/2023, haja vista que o Regimento interno da câmara diz que o prazo para responder solicitação de informações é de 15 dias; Finalizado o uso da tribuna Livre deu-se início ao pequeno expediente; O vereador João Bechara Netto cumprimentou a todos e iniciou sua fala informando que soube de uma reunião marcada pela secretaria de saúde com os profissionais ACS e ACE a fim de se inteirar sobre a real situação da categoria. Neste sentido, solicitou a secretaria de saúde, bem como sua representante a secretária Sr. Rafaela que já está a mais de 30 (trinta) dias na direção da pasta, para que tome as devidas providencias para com essa classe de profissionais que é tão importante para o município e que se encontra a mais de 8 (oito) meses desempregados em um verdadeiro impasse junto à municipalidade quanto à sua contratação, deixando assim a maioria da população totalmente desassistida. Ressaltou ainda que o referido processo foi suspenso por decisão administrativa por parte do executivo municipal que por sua vez optou por aguardar uma a decisão por mérito no processo trabalhista aberto pelos profissionais, para então concluir com o processo seletivo. Enfatizou esperar que tal reunião não tenha o mesmo desfecho





das anteriores com o antigo secretário, em que nada se resolvia demonstrando nenhuma sensibilidade pelos profissionais e população que por sua vez é quem se prejudica pela ausência de servicos básicos de saúde. Corroborou com o vereador Jose de Oliveira Lima sobre o óbito do Sr. Geziel morador da comunidade de Fazenda Velha que veio a óbito devido a um câncer, dizendo que o mesmo "morreu em cima de uma cama, pele e osso sem nenhuma assistência da secretaria de saúde, zero assistência", enfatizando neste sentido a importância dos agentes de saúde 'in loco' para averiguar as necessidades da população. Ressaltou que o executivo municipal está esperando acontecer mais mortes para tomar alguma providência, haia vista o impasse sem fim junto à categoria. Assim, mais uma vez solicitou a secretária que ao que parece é bem comunicativa e experiente, para que "tire a população do sofrimento" e contrate os profissionais de saúde em questão. Disse ainda para o prefeito deixar de "picuinha" com a categoria dos ACS e ACE e tenha mais sensibilidade com os mesmos e com a população, cumprindo suas promessas de campanha, pois, nesse caso supra não é necessário esperar uma decisão judicial e sim toma uma decisão em prol da população e "canetá-la"; O vereador Lucimar Alves Soares cumprimentou a todos e iniciou sua fala dizendo que fará algumas cobranças vez que está sendo muito cobrado pela população pelas ruas, sendo os motivos os mais variados desde reclamações dos profissionais de pesca até fossa cheia. Neste sentido solicitou ao executivo que disponibilize os 2 (dois) caminhões fossa que o mesmo disse que estão à disposição da prefeitura para atender a população do distrito de Itaoca, e que coloque os demais maquinários para funcionar vez que já que se possui recursos para dar abono. possivelmente, possui para atender as necessidades da população. Disse ainda ao executivo municipal que invista no saneamento básico do município antes de ir para a rádio dizer que " está tudo bem no município" e de prometer abono. Ressaltou sobre o pedido de ajuda da Sra. Renata moradora da localidade de Itaoca e vizinha da academia popular que devido à falta de manutenção está causando transtornos a mesma, inclusive podendo causar acidente elétrico e desmoronamento, pois, com a calha e o telhado da academia estão deteriorados a água da chuva escorre para sua casa causando infiltração, inclusive o telhado corre o risco de cair em sua casa, bem como, no relógio de energia, pois, estão com os parafusos soltos. Ressaltou ainda que a moradora fez vários contatos com a prefeitura para que o problema seja solucionado, mas até a presente data nada foi feito. Neste sentido o edil enfatizou que se acontecer alguma coisa de mais grave com a residência da Senhora Renata, o edil se isenta de responsabilidade, vez que o mesmo já fez duas indicações à emenda impositiva no valor aproximado de R\$ 60.000,00 (sessenta mil) reais para que houvesse reparo na referida academia. Ressaltou que a academia era muito bonita e bem utilizada pela população, principalmente pelos idosos e para o reparo da mesma gasta em torno em torno de R\$ 20.000,00 (vinte mil) reais, valor irrisório perto dos problemas que a mesma tem trazido e poderá trazer devido à falta de manutenção. Assim, disse esperar que com o Sr. Jédson à frente da secretaria de obras as " coisas melhorem". Quanto à fala de um Deputado Estadual que esteve no município junto ao prefeito, em que o mesmo disse que o "executivo só faz o que o legislativo autoriza", o edil ressaltou que não é bem assim, pois, o executivo quis fechar 11 (onze) escolas e municipalizar uma estadual por conta própria e não com o apoio tampouco autorização do legislativo municipal. Assim, solicitou ao Sr. Deputado para que examina melhor suas falas e que o Prefeito tome as devidas providências quanto aos problemas causados pela academia; O vereador Júlio César Ferreira de Magalhães, cumprimentou a todos em especial a todos os amigos pescadores e os amigos que se encontram presentes em sessão como o amigo Maurinho ponta direito do time de futebol de Marinho, seu primo Reinaldo um dos melhores goleiros que conhece, Tilinho pescador das antigas e José Carlos presidente da agenda 21. Cumprimentou de forma toda especial à sua mãe que sempre está os assistindo. Ressaltou que fica feliz quando um edil agradece ao executivo





municipal pelo atendimento às suas indicações principalmente em prol da sua comunidade. no entanto, por outro lado fica triste, haja vista que nem todos os edis tem seus pedidos atendidos pelo executivo municipal principalmente se não for vereador da base de governo, citando neste sentido os pedidos dos edis Estevão e Renildo, inclusive agradeceu de forma especial ao edil Estevão pela atenção dada à uma rua em Itaoca sendo a mesma reinvindicação antiga dos moradores edis. Neste sentido ainda, solicitou ao edil Renildo vereador da base de governo para que solicite ao executivo que faça manutenção nos cemitérios, em especial no do distrito de Itaipava, haja vista, que o dia de finados está chegando e seria bom para a família dos sepultados encontrar um local onde possam visitar seus entes em bom estado, inclusive fez um pedido todo especial para que se faça uma contenção no barranco em que está localizado o cemitério, haja vista que o mesmo se encontra desbarrancando destruindo algumas catacumbas deixando os restos mortais expostos. Enfatizou que já fez tal solicitação ao executivo não obtendo êxito. Ressaltou que os vereadores não têm dificuldade em aprovar os projetos do executivo, desde que estejam em conformidade com as normas e lei, no entanto o executivo por sua vez demonstra tratamento diferenciado com os mesmos, sendo que as solicitações são unicamente em prol da população. Ainda em seu tempo de fala, solicitou a presidência autorização para cessão do seu tempo de fala no grande expediente ao Sr. Ulisses Vieira para que o mesmo fale sobre as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da pesca; O vereador Estevão Silva Machado, pediu uma parte na fala do edil Júlio César e ressaltou que em relação a tal rua atendida pelo executivo a pedido do edil na localidade de Itaóca, se trata de uma solicitação dos próprios moradores por ocasião de uma visita a mesma, onde, a referida rua necessitava urgentemente de calçamento e drenagem. Dessa forma, com todo respeito aos vereadores residentes do distrito de Itaóca/Itaipava, o edil interveio ao executivo para que o servico fosse realizado. Ressaltou que os vereadores são representantes do povo independentemente de onde residem; O vereador Júlio César Ferreira de Magalhães em resposta a fala do edil Estevão disse que a sua fala foi apenas para questionar o executivo sobre o tratamento diferenciado para com os edis, e não questionar a indicação do edil, o parabenizando em seguida por olhar por toda a população. Finalizando sua fala ainda neste sentido, solicitou ao edil e os demais vereadores da base de governo que intervenham junto ao executivo para que o bueiro que está localizado em frente à igreja que o mesmo frequenta seja reparado, pois, está jorrando esgoto causando transtornos a todos que transitam pelo local, inclusive com mau cheiro; O vereador Lucimar Alves Soares, acerca do comentário do edil Estevão ressaltou que edil pode e deve fazer indicações em prol da população em qualquer localidade do município e o agradeceu pelo atendimento aos moradores da rua citada. Neste sentido, ressaltou ainda que apenas ficou surpreso pelo fato de os moradores não terem citado que o mesmo vem lutando desde a outra gestão para que o serviço de calçamento e drenagem fosse feito. Finalizando sua fala, solicitou ao aos edis da base de governo que intervenha junto ao executivo para que faça o calçamento da rua Ivan Rodrigues Peçanha, haja vista ser a única rua que não tem calçamento no perímetro que liga a vila de Itapemirim até Piúma, calcamento esse prometido pelo prefeito; O vereador presidente, colocou em discussão e votação o pedido do edil Júlio César para cessão do seu tempo de fala no grande expediente ao Sr. Ulisses Vieira; O vereador João Bechara Netto em discussão ao pedido supra, ressaltou ser pertinente a referida solicitação, vez que a pesca é uma área muito importante na geração de receita para o município; O vereador Renildo do Nascimento Peçanha antes de iniciar a discussão do pedido supra, comentou acerca da fala do edil Júlio césar Ferreira de Magalhães sobre o "tratamento diferenciado" que o executivo tem com os edis, enfatizando que o vereador foi eleito para legislar, fiscalizar e buscar benefícios em prol da população, independentemente de onde ele resida e se é base ou não de governo. Ressaltou que infelizmente na política existem dessas coisas, em alguns momentos uns são atendidos pelo executivo e em outros





não, no entanto, ressaltou ainda que estará buscando melhorias para a população independente de quem esteja ocupando o executivo municipal. Quanto a discussão do pedido supra ressaltou que considera importante que o Sr. Ulisses seja ouvido representando a categoria dos pescadores. Ressaltou que já trabalhou na secretaria de pesca como subsecretário, inclusive foi um dos idealizadores do programa de subsídio do Óleo e possui uma indicação para subsídio do gelo realizada em 2021. Neste sentido finalizando, solicitou ao executivo que atenda à sua indicação do subsídio do gelo feita pelo edil: O vereador Erasto da Costa Rocha iniciou sua fala ressaltando que o dever do vereador é analisar e aprovar os projetos que venham para essa egrégia casa de leis, desde que estejam em conformidade com a lei. Ressaltou ainda que o executivo não deva escolher a qual vereador atender, devendo agir com honestidade para com todos. Disse ficar "zangado" quando faz uma indicação extremamente necessária para a população e o executivo não atende, fazendo politicagem com recursos públicos. Ressaltou que são muitas os problemas que o município tem, bem como as indicações dos edis em prol da população para que o executivo figue "escolhendo" quem irá atender, principalmente se não for da base de governo. Quanto à discussão do requerimento supra, disse ser favorável; O vereador presidente solicitou aos edis para serem breves em suas discussões e se atentar apenas para o assunto tratado; O vereador Lucimar Alves Soares ressaltou que "na câmara municipal os pescadores têm voz" e que os mesmos podem contar com os edis. Assim, disse ser favorável ao requerimento supra; O vereador Antônio Carlos Helvécio cumprimentou a todos e ressaltou que tal pedido é impossível de ser negado, haja vista que a área da pesca precisa muito de voz e ajuda, e não tem pessoa melhor para representalos do que o Sr. Ulisses que tem lutado arduamente pelos direitos dos amigos pescadores sendo um exemplo de liderança para os mesmos trazendo assim muito orgulho para sua comunidade. Ressaltou ainda que o mesmo assim como a classe dos pescadores podem conta sempre com o apoio do edil. Assim, disse ser favorável ao pedido supra; O vereador presidente em tempo, agradeceu a presença de alguns amigos pescadores presentes. Após encerrada as discussões colocou em votação o requerimento para uso da tribuna no período do grande expediente pelo Sr. Ulisses, sendo aprovada por unanimidade pelos vereadores presentes: Continuando o pequeno expediente, o vereador José de Oliveira Lima, cumprimentou a todos e em especial aos representantes da associação da comunidade de santo Amaro. Disse ser louvável os agradecimentos do edil Estevão ao executivo quanto ao atendimento de suas indicações, bem como dos vereadores da base de governo, no entanto ressaltou não poder fazer o mesmo haja vista o tratamento diferenciado do executivo para com os representantes do povo que somente tem um objetivo, buscar melhorias para a população. Ressaltou sobre um fato ocorrido na comunidade de santo amaro, em que os equipamentos odontológicos que atende à comunidade no posto de saúde foram retirados, prejudicando assim a população local que já conta com atendimento médico deficitário. Ressaltou ainda que no município "as coisas não andam nem a 20% bem" e o executivo parece não se importar " andando para trás" ao invés de progredir. Disse que politicagem não deve existir, pois, quem acaba prejudicado é a população independente se for base de governo ou oposição. Disse que em sua gestão enquanto prefeito interino, não deixou de atender os vereadores da oposição, sendo esse mesmo tratamento que o executivo deve usar para com os demais edis e que "o patrimônio público, bem público e o serviço público não tem dono, o dono é a população", onde os mesmos querem e merecem prestação de serviço de qualidade. Assim finalizando, parabenizou os senhores Ulisses e José Carlos pelos relevantes serviços prestados em suas áreas de atuação; O vereador Antônio Carlos Helvécio cumprimentou a todos e parabenizou o edil José de Oliveira Lima pela sua fala bem oportuna. Iniciou sua fala ressaltando que muitas reclamações foram ouvidas na presente sessão acerca da atual gestão e espera que o executivo tome providencias para que o cenário atual melhore e que





continue atendendo as indicações dos nobres edis da base de governo, não esquecendo dos vereadores da oposição, haja vista que todos foram eleitos para o mesmo propósito: representar o povo. Corroborou com o edil José de Oliveira Lima quando o mesmo disse que apenas 20% da população do município é atendida pelo executivo, e ressaltou ser esse o motivo de tantas reivindicações por parte do legislativo ao executivo, pois, as deficiências na atual gestão é grande. Enfatizou que quando o executivo deixa de atender a um vereador que não é da base de governo, está deixando de atender à população a qual o vereador foi eleito para representar. Ressaltou que continuará fiscalizando e cobrando o legislativo seja por vídeos ou fazendo uso da tribuna nessa egrégia casa de leis e que " ninguém irá o impedir de fazer seu trabalho". Ressaltou ainda estar indignado com o ocorrido na comunidade de santo amaro, onde, depois de muita luta para instalação do posto de saúde na comunidade o prefeito praticamente fechou o mesmo devido à má gestão, enquanto em outras comunidades a pedido de vereador da base de governo o mesmo autoriza melhorias. Neste sentido, enfatizou não ser contra as melhorias nas comunidades, mas, nesse caso específico é contra a desigualdade de tratamento em que os prejudicados são apenas os cidadãos Itapemirinenses. Assim, disse ser lamentável e inaceitável a covardia do executivo para com os munícipes. Finalizando sua fala, disse ainda que tal conduta do executivo seria uma retaliação ao legislativo, devido a reprovação do projeto de lei encaminhado pelo mesmo a fim de que fosse aprovado um orçamento de 40% (quarenta por cento) para que o executivo utilizasse da maneira como lhe couber, ou seja, para "fazer baderna com o dinheiro público". Disse ainda para o edil José de Oliveira Lima continuar firme na caminhada, mantendo sua ética e postura demonstrando ao executivo municipal que o mesmo e os demais edis têm posicionamento e índole; Finalizado o pequeno expediente, foi dado início a grande expediente; O vereador João Bechara Netto, iniciou sua fala no grande expediente explanando acerca dos últimos acontecimentos no município com relação ao fechamento das 11 (onze) escolas do campo do município. Neste sentido informou que em reunião com alguns professores na data de ontem nessa egrégia casa de leis, foram tratados vários assuntos relacionados à educação, como rescisão de contrato dos professores sem justa causa, não pagamento das rescisões dos professores substitutos a pelo menos 4 (quatro meses), a falta de informação por parte da secretaria de saúde, extensão de carga horária e o assunto principal fechamento das escolas. Disse que após ouvir atentamente todas as questões trazidas, soube que seria movido uma ação de mandato de segurança contra o mesmo para o não fechamento das escolas do campo. pois, estaria cometendo ato de improbidade administrativa. Neste sentido informou aos profissionais presentes em reunião que a decisão uma ação judicial demanda tempo por parte do judiciário, tempo esse em que o executivo poderia não somente fechar as escolas, mas também as demolir. No entanto, informou aos mesmos sobre uma alternativa para dar agilidade à resolução do assunto, que é baseado no decreto lei 201 de 1967 que trata sobre crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores e em seu art.4º fala ainda sobre as infrações político-administrativas dos prefeitos passível de julgamento pela câmara independente da manifestação poder judiciário. Assim, disse que deixou bem claro em reunião que medidas preventivas tem que ser tomadas para que o fechamento das escolas do campo não ocorra e que se o prefeito "continuar tocando tal assunto a ferro e fogo" passando por cima da lei federal que prevê principalmente a manifestação da comunidade escolar, o que não aconteceu até a presente data, sobre o mesmo estaria incorrendo infração política-administrativa previsto no art.4º parágrafo 7 da referida lei em que diz que praticar contra ato disposto em lei ou omitir a prática, implica sobre o mesmo ato de infração político-administrativa passível de julgamento pela câmara municipal. Ressaltou ainda que se o executivo insistir em tal conduta criminosa que é o fechamento das escolas, o edil estaria indicando a essa egrégia casa de leis a abertura de comissão processante, para que em 90 o mandato do prefeito fosse caçado. Após falas em reunião, disse que os





servidores da prefeitura que estavam presentes em sessão saíram e levando tal informação ao prefeito e secretário de educação que por sua vez no mesmo dia no horário da noite, divulgou uma nota na rede social da prefeitura em que informava que havia solicitado ao Tc-ES anulação total do TAG (termo de ajuste de gestão) que o mesmo havia a alguns dias concordado e assinado, ou seja, voltou atrás em sua decisão, mas não por estar sensível a situação das crianças que teriam que estudar longe de suas casas, mas sim porque a comunidade escolar se mobilizou e a câmara comprou essa briga deles. Disse ainda que se o executivo não voltasse atrás em sua decisão, tal medida além de causar desemprego e dificultar a logística de transporte das criancas que teriam que estudar longe de suas casas e comunidade, causaria transtornos aos eleitores que tem as escolas do interior como domicílio eleitoral. Informou que o relator do TAG Dr. Rodrigo Coelho do Carmo relator de auditoria disse em uma conferência que em momento algum mandou fechar as escolas do campo e sim solicitou ao executivo que fizesse adequações nas mesmas conforme preconiza a constituição, desmentindo assim o executivo municipal, que por sua vez havia usado parecer do Tc-ES contendo apenas orientações para agir de "covardia" com as crianças do interior. Ressaltou ainda que tais orientações estão explicitas na folha nº 06 do TAG e assinado pelo executivo municipal e que o executivo não apresentou análise de diagnóstico do impacto de ação, tampouco relatório de manifestação da comunidade escolar, sendo esses extremamente necessários para a tomada de decisão eficiente com relação ao TAG sem violar a legislação vigente. Neste sentido, enfatizou que tais informações explanadas no TAG e assinada pelo executivo municipal é mais que suficiente para que seja aberto uma comissão processante contra o prefeito municipal, haja vista que o mesmo ciente do conteúdo do termo e ajuste de gestão tomou uma decisão precipitada de assiná-lo sem se preocupar se os seus munícipes seriam prejudicados e logo após a pressão da população, bem como dessa egrégia casa de leis, o mesmo solicitou ao Tc-ES que desconsiderasse sua assinatura alegando que não seria mais viável fechar as escolas. Ressaltou que tal pedido do executivo vai depender da manifestação da área técnica do Tc-ES e do ministério público de contas, haja vista que a "cagada" de assinar o TAG sem avaliar os prejuízos que o mesmo traria foi feita de forma consensual pelo executivo. Ressaltou ainda que embora o executivo tenha recuado em sua decisão, o legislativo não pode recuar e deve estar sempre um passo à frente, pois, em Itapemirim tudo pode acontecer principalmente com um prefeito sem palavra. Disse que visitou algumas das escolas do campo que foram citadas no TAG e que pretende visitar as demais para verificar de fato está ocorrendo os problemas citados pelo secretário como teto soltando, paredes rachadas, freezer em local indevido e demais problemas que usou a fim de justificar a tomada de decisão para o fechamento das mesmas, ressaltando ainda que não observou tais fatos em suas visitas. Disse ainda que temer que o executivo utilize o departamento de defesa civil do município para forçar um laudo dizendo que de fato tal estrutura escolar se encontra em péssimas condições, podendo trazer risco aos alunos. Disse acreditar que a solicitação do executivo não será atendida pelo Tc-ES, haja vista que existem prazos a serem cumpridos desde as adequações citadas à recurso e/ou contestação. Enfatizou que não se pode confiar na palavra do prefeito municipal e com isso os edis devem estar atentos a todo e qualquer movimento do mesmo, até porque até a presente data nada está completamente resolvido. Lembrou ainda aos edis que a covardia do executivo é tão grande que as vésperas do dia das crianças, bem como, dia dos professores o executivo divulgou o fechamento das escolas "dando um banho de água fria nos mesmos". Assim, finalizando sua fala disse que os edis vão continuar na luta contra o fechamento das escolas do campo; O vereador José de Oliveira Lima cumprimentou a todos e iniciou sua fala no grande expediente se desculpando com a população por não ter ganhado as eleições, pois, do contrário as coisas estariam bem melhores do que estão e a população não estaria sofrendo, haja vista que enquanto prefeito interino pelo período de 03 meses fez uma





gestão com consciência e progresso. Disse que um dos problemas da atual gestão é que o executivo colocou pessoas de fora do munícipio para trabalhar, pessoas essas que não conhecem a realidade da população e do município, bem como suas necessidades, enfatizando assim que quem está dando ordens e coordenando o município "não é o "dono da casa e sim pessoas de fora". Neste sentido ressaltou ainda que sabia que tal situação aconteceria, pois, durante a campanha eleitoral muitas pessoas de fora do município estavam nos palanques com o atual prefeito o apoiando. Enfatizou que ainda há possibilidade de reverter tal situação em que se encontra o município, haja vista que as novas eleições estão próximas e a atual gestão teve pouco tempo à frente do executivo municipal. Disse que de todos as gestões que passaram pelo executivo municipal essa é a pior, pois, nunca se viu tamanha irresponsabilidade, falta de competência e descaso com a população e que política tem que ser feita pelo povo e para o povo sem discriminação de base de governo ou oposição. Ressaltou que o posicionamento do executivo de fechar as escolas foi feito de forma errônea e arbitrária, pois, se quer a comunidade foi consultada conforme preconiza a lei. Ressaltou ainda que o executivo além de não cumprir as promessas de campanha como a criação de 03 (três) UPA, ainda acaba com o que existe, citando como exemplo o fechamento de postos de saúde e escolas dentre muitos outros problemas causados pelo mesmo, sendo essa uma triste realidade, pois, tais atitudes comprometem a saúde pública e o futuro das crianças. Disse ainda que o poder para mudar tal situação em se encontra o município é do povo, elegendo nas próximas eleições candidatos capazes e competentes. Ressaltou que não poderá se candidatar novamente. haja vista que está impossibilitado pelos TER por ter exonerado e nomeado servidores enquanto prefeito interino, mas espera que a população saiba escolher bem seus próximos representantes para que os munícipes "voltem a sorrir" e o Município saia do caos em que se encontra, com comércio totalmente parado devido a não circulação de dinheiro no município, pois, a maioria dos servidores do alto escalão do executivo municipal não reside em Itapemirim e pela falta de prestação de serviços básicos de saúde. Ressaltou ainda que um município com orçamento de quase R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o ano corrente, só fica sem recursos para aplicar no desenvolvimento do município por falta de competência do gestor, haja vista ser um valor consideravelmente alto de receitas. Finalizando sua fala, pediu a Deus sabedoria para continuar firmes até o final do mandato lutando em prol da população e que a péssima tomada de decisão da atual gestão em trazer pessoas de fora do município para participar de sua administração sirva de exemplo para os futuros gestores; O vereador Antônio Carlos Helvécio cumprimentou a todos e iniciou sua fala no grande expediente explanando acerca da situação crítica que se encontra a quadra de esportes da comunidade de Fazenda velha, onde, após ser convidado pelos moradores locais verificou que a referida quadra em que deveria ser praticados esportes se encontra totalmente abandonada podendo até mesmo causar risco de vida as crianças que utilizam o local para suas recreações. Disse ainda que tem registrado vídeo tal situação. Neste sentido solicitou ao secretário de obras, bem como, o representante do executivo municipal para que compareça na referida comunidade e veja situação caótica que sua única quadra de esportes se encontra, citando ainda que a mesma se encontra sem tela de proteção, está com o piso cedendo, fossa descoberta podendo causar risco de acidente dentre outros. Ressaltou ainda parecer que o executivo não se importa com a situação da comunidade de fazenda velha que além do problema da quadra de esportes está com sua estrada totalmente esburacada trazendo transtorno aos munícipes que transitam pela mesma, podendo ainda causar risco de acidente. Assim, reforçou o pedido ao executivo para que olhe com carinho para a referida comunidade que se encontra em total abandono. Outro assunto trazido pelo edil é acerca da infestação de pombos e piolhos de pombos que tomaram conta do posto de saúde da comunidade do Gomes, onde, o executivo como paliativo enviou uma unidade móvel de saúde para atender a população enquanto não se





resolve a questão da dedetização e/ou limpeza do posto de saúde que continua fechado. No entanto, soube por alguns moradores que os servidores se recusam a fazer tal limpeza devido ao corte de sua insalubridade por parte do executivo, direito esse garantido por lei em que os servidores fazem jus ao recebimento do mesmo pelas funções que desempenham no município. Neste sentido, disse que após essa egrégia casa de leis ter brigado incansavelmente em prol dos servidores para o recebimento do benefício de insalubridade, o prefeito foi às redes sociais e gravou um vídeo dizendo que os benefícios dos servidores seriam pagos no próximo pagamento inclusive os atrasados e que o mesmo não sabia do corte e quando teve ciência entrou em contato com a empresa para que o pagamento fosse realizado dentro da legalidade respeitando os servidores. Assim, o edil ressaltou que o executivo municipal, por meio do Sr. Prefeito Antônio parece querer "passar um diploma de otário" para o edis, servidores e população ao dizer que não tinha conhecimento dos cortes de insalubridade dos servidores, quando a realidade é bem diferente. Disse ainda que o mesmo não se calará contra as covardias do executivo municipal, seja a quem for e que juntamente dos demais vereadores continuará lutando. pois, os direitos conquistados devem ser respeitados e a população receber serviços públicos de qualidade e ser bem representada. Finalizando sua fala disse que o prefeito além de ser covarde jogando a responsabilidade de seus atos em seus subordinados, não possui "palavra" e por isso os edis devem ficar bem atentos aos desmandos do executivo e "não baixar a guarda". Parabenizou ainda os professores e a comunidade de graúna pela luta contra as irresponsabilidades do executivo: O vereador presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa cumprimentou a todos e iniciou sua fala agradecendo aos demais vereadores que antecederam sua fala pelas suas excelentes colocações em relação às demandas do município que não são poucas devido à falta de competência do executivo. Ressaltou ainda tais demandas são oriundas das mais diversas áreas sendo em grande número desde o ano de 2022 e com isso a população tem passado por dias muito difíceis. Neste sentido citou as secretarias de educação, saúde e assistência social como as de maior demanda de problemas, além de outras secretarias que recentemente vem enfrentando desgastes. Citou ainda a revisão geral anual dos servidores que foi parcelado me 14 vezes, cortes de insalubridade, demissões sem justa causa de quase 100 (cem) professores da rede Municipal de Educação e corte de horas extras. Ressaltou que foi preciso a população ir as ruas reivindicar seus direitos e quando todos acharam que os desmandos e covardias haviam acabado, o executivo vem com mais uma covardia, dessa vez contra a comunidade de santo Amaro, retirando os aparelhos do único posto de saúde da comunidade, cometendo assim uma atrocidade contra aquele bairro que vem lutando pelos seus direitos, e que inclusive as comunidades tem clamado apoio dos edis para resolução dos problemas enfrentados pelas mesmas, principalmente as comunidades em que estão localizadas as escolas do campo, haja, vista não serem ouvidos pelo executivo conforme estabelece a lei. Ressaltou ainda que essa egrégia casa de leis não tem ficado inerte contra os desmandos do executivo e neste sentido agradeceu aos demais vereadores pelo apoio. Parabenizou aos pais dos alunos das escolas do campo que seriam fechadas pelo executivo por suas manifestações em prol de seus direitos e de seus filhos e pelo abaixo assinado, pois, sem tal comportamento dos mesmos, de certo o executivo não teria recuado. Ressaltou que visitou algumas escolas do campo que estavam relacionadas para fechamento, e citou em especial a Escola da comunidade de Portal Paineiras em que o executivo alegou que a mesma deveria ser fechada por gerar gastos desnecessários para o município, guando a mesma se encontra em bom estado de conservação, pois, foi reformada em 2015 e possui apenas uma merendeira, um auxiliar de limpeza, uma pedagoga que presta auxílio em outras escolas, quatro professoras e duas salas de aula que somente funcionam no horário matutino, não justificando assim o fechamento da mesma. Ressaltou que o executivo está tratando a educação como despesa ao invés de investimento, agindo assim de forma





covarde com as crianças e população, haja vista que se fossem fechadas as crianças teriam que estudar longe de suas casas. Agradeceu aos vereadores que se colocaram à disposição para ir até a Secretaria de Educação do Estado a fim de brigar para que as escolas não fossem fechadas, e logo após passarem ao governo do estado verdadeira realidade do município de Itapemirim, receberam a resposta do governo de que não haveria municipalização de escola, tampouco fechamento de outras e que o município deveria apenas fazer as adequações necessárias para atender os alunos facilitando assim o desenvolvimento dos estudos. Enfatizou que tamanha é a falta de competência e irresponsabilidade do executivo, que Escola do Portal de Paineiras ganhou 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado e até a presente data se encontram desligados, estragando, sem uso algum desde 2015 devido o padrão de energia local ser 110 v sendo necessário a instalação de um padrão 220v, serviço esse feito em menos de uma semana. Assim, enfatizou ainda que a referida escola não precisa ser fechada, precisa apenas de manutenção, pois, possui uma estrutura de cozinha e refeitório melhor que muitas outras escolas. Ressaltou que se recorda da inauguração da referida escola e que desde sua inauguração em outra gestão, foi solicitado que o padrão de energia fosse adequado para instalação de ar condicionado, pois, o teto é baixo e com isso a sensação de calor aumenta e os ventiladores não dão conta da demanda. Ressaltou ainda que se uma escola for fechada somente será reaberta se o próximo gestor tiver disposição para isso, pois, geralmente as escolas que fecham não abre mais. Corroborou com edil João Bechara Netto quanto ao problema que fechamento das escolas do campo traz a toda comunidade, pois, muitas delas são utilizadas pelo TRE para pontos de sessão eleitoral, e o fechamento das mesmas obrigaria centenas de eleitores de comunidades do campo se deslocasse para demais sessões, sem se preocupar também com a representatividade que os mesmos têm. Neste sentido citou o bairro Maraguá como exemplo, onde possui aproximadamente 400 residências e não se vê desenvolvimento no mesmo como escolas, creche posto de saúde e tampouco sessão eleitoral devendo os moradores se deslocar para sessões eleitorais em outros bairros. Ressaltou ainda que a única motivação que o executivo possui para atender as comunidades infelizmente é a " motivação política", e se os bairros mais próximos ao centro estão padecendo com a falta de competência na gestão pública, imagina o interior do município em que não há visita de secretários tampouco do Prefeito afim de ouvir a população e atender as demandas da mesma, onde até mesmo as escolas o executivo quer fechar. Enfatizou que o descaso é tamanho que as indicações dos edis são arquivadas sem atendimento por parte do executivo municipal, fazendo com que os edis protocolem suas indicações para obtenção de resposta e entregando uma cópia em mãos nas secretarias competentes. Enfatizou ainda que se os vereadores que não são da base de governo estão tendo dificuldade no atendimento de suas indicações, imagina o edil que é pré-candidato a prefeito, que se o executivo pudesse cortava caminho da comunidade da Graúna. Ressaltou que os problemas são muitos, como falta de medicamentos na farmácia básica, saneamento básico, conservação de estradas dentre outros. Ressaltou ainda que a população tem cobrado constantemente dos edis por uma solução e os mesmos por sua vez tem feito seu papel de legislador e fiscalizador cobrando incessantemente o executivo, no entanto, cabe ao executivo cumprir com seu dever e que se os vereadores estivessem se acovardando a situação do município estaria infinitamente pior. Enfatizou que ainda " há esperança" para o município e os edis continuarão lutando por um município melhor e que essa egrégia casa de leis está à disposição da população que vem sofrendo devido à falta de gestão por parte do executivo municipal. Finalizando sua fala, solicitou aos demais edis que continuem visitando as escolas e fiscalizando as condições em que se encontram, a fim de forçar o executivo cumprir com suas obrigações mais básicas como envio de merenda escolar de qualidade, materiais de limpeza, segurança e educação de qualidade. Reforçou que a cada fiscalização que o legislativo faz o executivo municipal se movimenta,





dessa forma, o legislativo não deve esmorecer para que assim não permitam que o povo paque o preço pela falta de gestão, pois, não se trata de falta de recursos, haja vista que se assim fosse o executivo não estaria prometendo abonos e outros tipos de gratificações; Finalizado o grande expediente, o vereador presidente oportunizou ao Sr. Ulisses Vieira tempo de fala na tribuna em atendimento ao pedido do edil Júlio César de Magalhães; O Sr. Ulisses Vieira cumprimentou a todos e em especial os amigos de pesca, categoria que o mesmo representa. Iniciou sua fala enfatizando acerca da falta de respeito que a pesca vem recebendo, assunto esse já trazido pelo mesmo nessa egrégia casa de leis em outra ocasião, no entanto faz-se necessário retornar com o mesmo assunto porém dessa vez sob duas perspectivivas, sendo a prosperidade e esperança. Quando a perspectivada prosperidade disse que o executivo precisa urgentemente entender o que deve ser prioridade e o que traz prosperidade para o município. Neste sentido, disse que a pesca é um canal de prosperidade para os munícipes do litoral e que se não fosse a pesca no período de pandemia muitos teriam passado necessidades. Assim, solicitou ao executivo municipal para que invista na pesca e se preocupe com a categoria, pois, cada embarcação quando sai ao mar tem uma despesa que varia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 100.000.00 (cem mil reais) movimentando o comercio local além de gerar receita para o município e que o executivo precisa dar valor aos mesmos que trazem prosperidade para o município. Disse que a preocupação com a categoria se dá também devido ao orçamento para a mesma junto ao município está esgotado, sendo que ainda faltam meses para finalizar o ano. Agradeceu aos edis que estiveram em algumas secretarias a fim de buscar informações quanto a aplicação do mesmo e se estava em conformidade. Ressaltou ainda que indicou um orçamento maior do que o proposto para a categoria, por entender que a categoria da pesca é importante, necessária e gera receita para o município, devendo assim ser tratada com respeito e dignidade. Disse ainda que não questiona o valor investido em outras secretarias como agricultura, mas gostaria de ver a secretaria de pesca receber o mesmo tratamento se não melhor ainda, pois, muitas famílias também depende da mesma. Ressaltou que não irá parar de lutar pelos direitos da categoria e que está faltando humildade do executivo para procurar os pescadores a fim de elaborar um bom projeto para os mesmos, ao invés de colocar pessoas que não conhecem a pasta e a realidade da categoria para gerenciá-la. Disse que a instalação de um mercado no terminal pesqueiro é um ótimo projeto em que o município deveria abraçar, pois, o mesmo geraria mais recursos ainda para o município, bem como, para a população que poderia expor seus produtos para comercializar no local. Outra questão trazida com relação ao descaso com os pescadores é em relação a "fábrica de gelo fantasma" um verdadeiro "elefante branco" que nunca foi utilizada e traria muitos benefícios para os pescadores e o subsídio do gelo que os pescadores não estão recebendo. Citou ainda sobre o estaleiro que não funciona e com o orçamento que tem não funcionará. Assim, ressaltou mais uma vez que os pescadores não querem "migalhas" querem apenas melhorias para a categoria que beneficiará a todos, trazendo prosperidade. Sobre a perspectiva da esperança, disse que embora o município esteja "acabado", ainda há esperança para Itapemirim e que cabe a todos a busca da mesma. Ressaltou que a população se encontra desanimada com a situação em que se se encontra o município totalmente sem perspectiva, assim como alguns servidores que não possuem recursos para desenvolver seu trabalho. Disse que o município está sem direção e cabe a todos salvar o mesmo, com atitudes, reivindicado seus direitos, cobrando o executivo gestão com responsabilidade para que a geração futura tenha de fato um futuro. Disse que não diferente do ocorrido na comunidade de Santo Amaro com a retirada dos equipamentos e materiais odontológicos do postinho de saúde, aconteceu na associação de pescadores sem dar nenhuma explicação, onde, os atendimentos beneficiavam não somente os pescadores, mas também a população que precisava dos serviços, fazendo assim politicagem com o dinheiro público. Agradeceu mais uma vez aos edis que apoiam a





categoria lutando juntamente com os mesmos por melhorias e solicitou apoio por um orçamento digno que atenda às necessidades da categoria e um projeto descente. Ressaltou que da última vez que esteve na tribuna da câmara, reivindicou com o apoio dos edis sobre o subsídio do óleo que havia sido cortado, e no mesmo dia o executivo municipal publicou no diário oficial a autorização para o repasse, não se tratando de coincidência e sim de politicagem por parte do executivo, enfatizando que o mesmo só funciona a base de denúncias. Finalizando sua fala, disse ainda que o executivo não irá "calar a voz da pesca" e que " o mal sempre vence o bem". Assim, solicitou ao executivo que de continuidade ao subsídio do óleo e do gelo, bem como, atenda a indicação para criação de um mercado pesqueiro dentre outros, pois, ainda há muita coisa a ser feita pela pesca que somente tem trazido prosperidade para o município; Finalizado o uso da tribuna livre, o vereador presidente agradeceu ao Sr. Ulisses enfatizou que a câmara está à disposição da população. Após concedeu a fala ao vereador Renildo do Nascimento Pecanha a pedido: o vereador iniciou a fala informando que foi marcado uma reunião com o secretário de finanças para tratar do orçamento municipal para o ano de 2024, estando presentes os vereadores Erasto da Costa Rocha, o vereador presidente Paulo Sergio de Toledo Costa e o mesmo. Disse que em tal reunião quando foi tratado do orcamento para a pesca, edil questionou o valor estimado para o mesmo, haja vista não ser compatível com os projetos vigentes da categoria tampouco com os que vierem a existir em 2024. No entanto, foi informado pelo secretário de finanças que não havia mais prazo para que o orçamento fosse alterado, haja vista que a data final de protocolo seria na mesma semana. Dessa forma sugeriu que quando o projeto chegasse a câmara para discussão e votação que fosse proposto uma emenda ao orçamento da pesca para que fosse alterado conforme solicitado pelos edis. Neste sentido disse que os edis estão aguardando o projeto entrar em discussão para proposição da emenda modificativa ao orcamento da pesca. Ressaltou que quanto ao projeto de subsídio do óleo, fez parte do mesmo tendo muito orgulho, assim como o projeto da balsa em que a manutenção tem sido feita pelo município através da secretaria de pesca. Disse que os projetos citados pelo Sr. Ulisses são muito importantes e que devem trabalhar para que o executivo execute os mesmos; Finalizada a fala do edil, o vereador presidente solicitou a servidora Sara que fizesse a leitura de 02 (dois) ofícios antes de dar início a leitura do material de Ordem do dia; O primeiro ofício de nº 171/2023, é de autoria do Poder Legislativo Municipal, encaminhado ao Executivo Municipal em que trata sobre solicitação de cumprimento da lei municipal 1324 de 1994 que dispõe sobre a fixação de logotipo nos veículos da municipalidade. O segundo ofício trata-se de solicitação de informações quanto ao uso dos Royalties de petróleo pelo município, de autoria do Fórum da agenda 21 do município de Itapemirim; Após leitura dos ofícios o vereador presidente deu seguimento a presente sessão ordinária com a leitura do material de ordem do dia; ORDEM DO DIA 01: Projeto de Lei Ordinária nº 40/2023. Ementa: Disciplina a participação do município de itapemirim no consórcio público intermunicipal para o fortalecimento da produção e comercialização de produtos hortigranjeiros - cointer, e dá outras providências. Autoria: Poder Executivo Municipal. O presente projeto de lei ordinária, foi protocolizado em 27 de setembro de 2023, tendo sua publicidade e apreciação na 34ª Sessão ordinária em 04 de outubro de 2023, onde, foi aprovada a urgência simples da matéria por unanimidade dos vereadores presentes. Após foi encaminhado para emissão de parecer Jurídico que opinou em desfavor ao prosseguimento do projeto de lei ordinária e da comissão de legislação, justica e redação final (COLEJUR) que deliberou pela inconstituconalidade e ilegalidade do projeto de lei ordinária em tela. A comissão de Finanças e orçamentos (COFINOR) deliberou pela possibilidade de regular tramitação do projeto de lei ordinária em tela ressalvando a soberania do egrégio. Assim, o referido projeto de Lei Ordinária 40/2023 retornou a presente sessão ordinária para discussão e votação única; O vereador presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa, informou ao demais vereadores que mediante





o parecer da procuradoria jurídica dessa egrégia casa de leis, foi encaminhado um ofício ao Executivo Municipal sugerindo a substituição do referido projeto de lei em tela, pois, não há possibilidade de dar prosseguimento ao mesmo haja vista possuir muitas pendências conforme explanado pelo Procurador geral da câmara e não há possibilidade de emendas no mesmo, pois, tal emenda é de competência do executivo municipal. Dessa forma, não obtendo retorno do executivo quanto ao solicitado até a segunda-feira dia 23 de outubro para então inclusão em pauta em substituição ao presente, o presente projeto de lei ordinária 04/2023 foi colocado em pauta. Porém, na data de ontem 24 de outubro, o executivo intempestivamente protocolou o projeto substitutivo. Assim, o projeto de lei ordinária 040/2023 foi retirado de pauta para discussão e votação devido a impossibilidade de tramitação e o projeto substitutivo será encaminhado para as comissões para apreciação e discussão dos demais vereadores. Ressaltou ainda que como executivo municipal é o autor do referido projeto de lei ordinária, o mesmo possui autonomia para solicitar a retirada sem consulta do plenário. Assim, encerrado o material de ordem do dia e não havendo discussões, o vereador Presidente Paulo Sergio de Toledo Costa agradeceu a presença de todos e não havendo mais a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.

Paulo Sérgio de Toledo Costa Presidente Antônio Carlos Helvécio Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:



